

Cultura

Jornal Angolano de Artes e Letras

19 de Fevereiro a 4 de Março de 2019 | Nº 178 | Ano VI • Director: José Luís Mendonça

..... Kz 50,00

PATRIMÓNIO CULTURAL

Pág. 11-12



Museu da Huíla 63 anos de histórias

ECO DE ANGOLA

Pág. 4



"Agostinho Neto e a Cultural Nacional"

Colóquio destaca Línguas Nacionais

LETRAS

Pág. 5



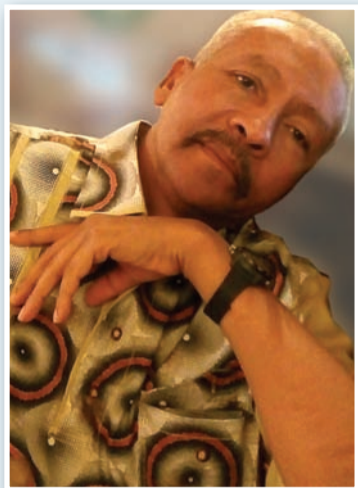
Cristóvão Neto concorre à direcção da UEA

HISTORIA

Pág. 13-15

Conferência de Berlim Ecos na gestão de África





José Luís Mendonça

Fernando Pessoa, Sócrates e o escravo Jau

Porque é que o nome de Fernando Pessoa não é o mais adequado para patrono de um programa do tipo Erasmus para a CPLP, como defende, com muita acutilância, a catilinária de Luzia Moniz, "CPLP escolhe escravocrata racista para projecto juvenil", publicada no Jornal de Angola, no pretérito dia 10 de Fevereiro de 2019?

Segundo as Nações Unidas, a escravidão moderna é um flagelo que afecta cerca de 40 milhões em todo o mundo. A África escraviza mais de nove milhões de pessoas, o número mais elevado de todos os continentes. Esta realidade global não justifica que alguém, em pleno século XX afirme que "A escravatura é a lei da vida, e não há outra lei, porque esta tem que cumprir-se, sem revolta possível. Uns nascem escravos, e a outros a escravidão é dada." Esta frase é do grande Poeta, meu mestre nesta arte de cantar o Mundo. Há cerca de 500 anos antes da nossa era, já Sócrates fazia a apologia da mais completa submissão humana, ao considerar o escravo uma ferramenta animada necessária para o desenvolvimento. E Luís de Camões, o príncipe dos poetas portugueses, teve um escravo comprado na Índia, chamado Jau.

Porém, é preciso colocar cada coisa no seu devido tempo. No dia 27 de Fevereiro de 1869, Portugal abolia "o estado de escravidão em todos os territórios da monarquia portuguesa." Camões viveu no século XVI. Fernando Pessoa viveu numa época em que o mundo inteiro condenou o tráfico de pessoas. Pessoa era um intelectual e conhecia a História da Humanidade.

Ao longo da nossa História comum, todos quanto defenderam a legitimidade da servidão absoluta nunca fizeram o esforço de trabalhar sem descanso, dar de comer a um patrão e limpar o cocó dele, mesmo que fosse por um mês.

Daí a jornalista Luzia Moniz, descendente dos que trabalharam durante séculos para que a Europa hoje seja a Europa, ter-se manifestado contra a nomeação de Pessoa para patrono do projecto de intercâmbio universitário no Espaço de Língua Portuguesa.

Em "Uma (quase) autobiografia" do investigador brasileiro José Carlos Cavalcanti Filho, Fernando Pessoa, que muito considero como Poeta da alto coturno, diz que "A escravatura é lógica e legítima; um zulu (negro da África do Sul) ou um landim (moçambicano) não representa coisa alguma de útil neste mundo."

O texto de Moniz refere que "Aos 40 anos (Pessoa) consolida a sua ideologia racista, escrevendo: "Quem nos diz que a escravatura não seja uma lei natural da vida das sociedades sãs?"

Nem sequer é provável que Fernando Pessoa tenha certa razão, mesmo tendo em conta os números acima avançados sobre a escravatura contemporânea. A escravatura é inadmissível, considera a ONU. E a própria Declaração dos Direitos do Homem refuta a simples ideia de alguém viver sob o regime de escravatura.

Por isso, não concordamos com o investigador José Barreto, que trabalha há 15 anos no espólio de Fernando Pessoa, quando diz que "Pessoa explica que quando fala em escravatura não se está a referir literalmente ao sistema esclavagista do passado, mas à 'plebe', ao operariado moderno".

Nem com Richard Zenith, "um dos grandes conhecedores da obra do poeta", quando nega que o poeta "tenha aderido às ideias racistas de Ernst Haeckel e outros, que acreditavam na inferioridade genética de certas raças, nomeadamente a raça negra." Não é isso que Pessoa diz quando atira Zulus e Landins para o caixote do lixo?

Normas editoriais

O jornal Cultura aceita para publicação artigos literário-científicos e resenhas bibliográficas. Os manuscritos apresentados devem ser originais. Todos os autores que apresentarem os seus artigos para publicação ao jornal Cultura assumem o compromisso de não apresentar esses mesmos artigos a outros órgãos. Após análise do Conselho Editorial, as contribuições serão avaliadas e, em caso de não publicação, os pareceres serão comunicados aos autores.

Os conteúdos publicados, bem como a referência a figuras ou gráficos já publicados, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Os textos devem ser formatados em fonte Times New Roman, corpo 12, e margens não inferiores a 3 cm. Os quadros, gráficos e figuras devem, ainda, ser enviados no formato em que foram elaborados e também num ficheiro separado.

Propriedade



Sede: Rua Rainha Ginga, 12-26 | Caixa Postal 1312 - Luanda
Redacção 222 02 01 74 | Telefone geral (PBX): 222 333 344
Fax: 222 336 073 | Telegramas: Proangola
E-mail: ednovembro.dg@nexus.ao

Conselho de Administração

Victor Silva (presidente)

Administradores Executivos

Caetano Pedro da Conceição Júnior,
José Alberto Domingos, Rui André
Marques Upalavela, Luena Kassonde
Ross Guinapo

Administradores Não Executivos

Filomeno Jorge Manaças
Mateus Francisco João dos Santos Júnior

Cultura

Jornal Angolano de Artes e Letras

Nº 176/Ano VII/ 18 a 31 de Dezembro de 2018
E-mail: cultura.angolana@gmail.com
site: www.jornalcultura.sapo.ao
Telefone e Fax: 222 01 82 84

CONSELHO EDITORIAL

Director e Editor-chefe:

José Luís Mendonça

Editores:

Adriano de Melo e Gaspar Micolo

Departamento de Paginação:

Irineu Caldeira (Chefe), Adilson Santos (Chefe adjunto),
Adilson R. Félix, Sócrates Simóns, Jorge de Sousa
e Waldemar Jorge

Edição online: Adão de Sousa

Colaboram neste número:

Angola: António Quino, Cristóvão Neto, Eduardo Ndombele,
Henrique Matos, Victor Chongolola,

FONTES DE INFORMAÇÃO GLOBAL:

Afreaka, Africultures, Portal e revista de referência, Agulha,
Correio da Unesco, Modo de USAR & CO,
Obvious Magazine e Engenharia é.

Ressuscitar o Reino do Kongo

HENRIQUE MATOS

Em primeiro lugar, gostaria de saber se as antenas das telecomunicações, que se encontram em Mbanza Kongo, estão à espera de que sinal para serem removidas, porque o prazo dado pela UNESCO está a terminar. Aproveito também esta oportunidade para apresentar as seguintes propostas: a elevação de Mbanza Kongo a Património Cultural Mundial é uma grande oportunidade para os naturais e moradores(as) desta cidade. O Reino é uma instituição com usos e costumes próprios, priorizando a tradição. A nossa preocupação é a falta de um Rei eleito pelos(as) súbditos(as). Esta situação alastra-se há cinco décadas e não se vislumbra uma luz no fundo do túnel.

Entretanto, somos igualmente a propor a construção do Palácio do Rei, ou seja, a residência protocolar para as actividades oficiais. O terreno é de 200 metros quadrados localizado no centro da cidade, na zona urbana, sendo a infra-estruturaprincipal a ser erguida numa área de 120 metros quadrados. Terá um anfiteatro com capacidade para quinhentas (500) pessoas, norés-do-chão (50x30), com a denominação sala kulumbimbi. O salão de festas com mil (1000) pessoas, no máximo (50x50).

A sala de visitas terá 20 por 20, com dez(10) sofás e seis cadeirões, sendo à sofá alta reservada ao Rei. Haverá igualmente a chamada Galeria dos Reis (10x5) com as fotos e os nomes dos antigos "ntotilas". A parte superior (primeiro andar) será preenchida com



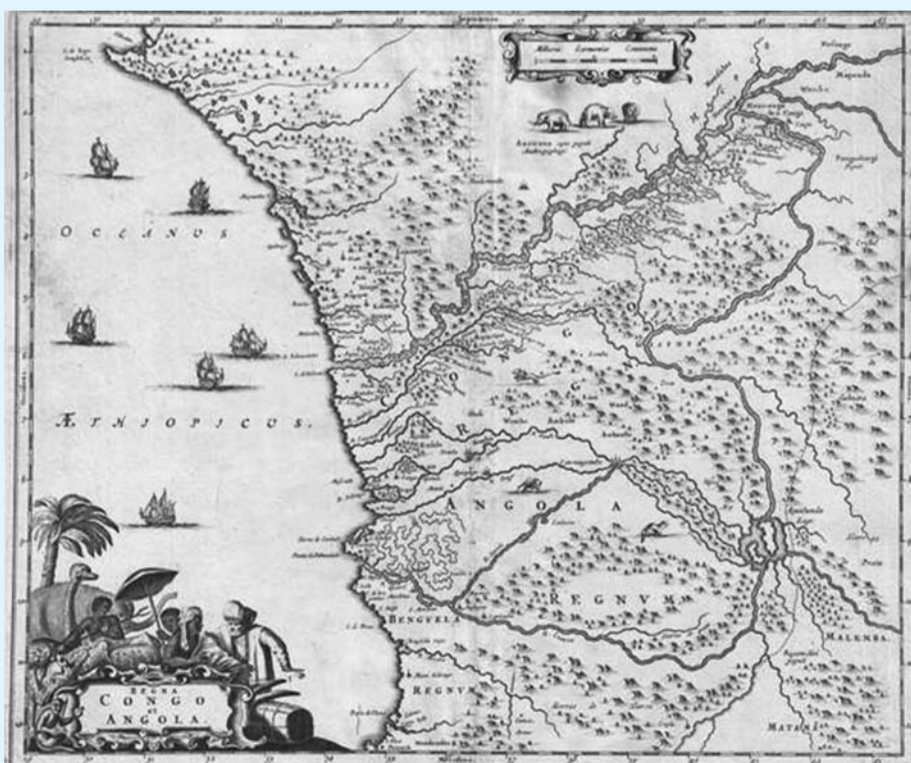
dez(10) gabinetes: o do Rei de dimensão maior, isto é, Gabinete Real, terá o espaço para secretária principal, secretária adjunta, secretária (assistente), administrativa, director de gabinete, administrador geral, chefe do sector de imprensa (2), chefe do sector de protocolo e relações públicas (4), protecção física (6), polícia (2).

O pessoal de apoio incluirá ainda três motoristas, duas cozinheiras, duas governantas, duas empregadas de limpeza, totalizando 25 elementos que serão pagos pelo Estado angolano, ou sejam, fundos públicos. Apenas os dois oficiais da PN (ajudantes de campo), com os graus de subcomissários e superintendente chefe, pertencentes à UPIP, terão direito a três subsídios, nomeadamente, disponibilidade, combustível e telecomunicação, não superiores a 60 mil kwanzas. O parque automóvel será composto por três jipes de marca Toyota (Land Cruiser V8 para o Rei e o Administrador Geral e Lexus LX 570 para o Protocolo Real), quatro carrinhas, de preferência Toyota Hilux. A assistência técnica será feita na oficina do Governo Provincial do Zaire. Ademais, o primeiro andar terá ainda dez quartos, com uma Suite Real, para os hóspedes especiais.

O espaço a ser escolhido será na zona do actual aeroporto de Mbanza Kongo, depois da mudança. No âmbito da promoção do turismo angolano,

haverá uma galeria fotográfica com as Maravilhas de Angola com as seguintes dimensões: três metros de comprimento e dois de altura, nela serão também expostas obras dos artistas plásticos, obras de barro, modas, desfiles de modelos, culinária e gastronomia, poesias, romances de angolanos(as), africanos(as) e internacionais, tecelagem, grafitis, desfiles de sapeiros (SAPE) da RDC e do Congo, palestras, colóquios, encontros, workshop, reuniões, ateliers, semanas de produtos angolanos (mfumbua, mbika, kizaca, nsombe, peixes, mandioca, banana-pão, batata doce, gimguba, abóbora, nsamba (maruvu), lunguila, carnes do mato, frutas, produtos do mar, etc.

Eleição do novo rei (Ntotila)



Por último, a eleição do novo Rei (Ntotila) é um acontecimento ímpar na história do Reino do Kongo. Os príncipes na linha de sucessão deverão cumprir com as obrigações constantes no documento apropriado,

incluindo a campanha eleitoral e a lista de colaboradores (sobas). Antes disso, serão definidas as actuais fronteiras do RK, visto que "emagreceu" muito. Depois de eleito, o novo Rei vai fazer uma digres-

são diplomática (RDC, Congo, Gâmbia, Zâmbia, Namíbia, Itália (Vaticano), e França para uma campanha de esclarecimento.

A segunda etapa consistirá na recolha de experiências junto dos países com mais anos de trajectória real, nomeadamente Gana, Nigéria, Mali, Senegal, Benin, Brasil, Etiópia, África do Sul, Namíbia, Portugal, México, Peru, Zimbabwe, Jamaica, Belize, Barbados, Granada. Em seguida, as cidades sedes de religiões: Moscovo (Ortodoxo), Nova Delhi (Budismo), Londres (Protestante-Batista), Roma/Vaticano (Católico), Washington (Metodismo), Meca (Islão). Finalmente os países cujos sistemas políticos baseia-se na monarquia: Lesoto, Esuatini (ex-Suazilândia), Marrocos, Espanha, Bélgica, Holanda, Reino Unido, Dinamarca, Arábia Saudita, Kuwait, Emirados Árabes Unidos (Qatar), Brunei, Omã, Bahrein, Jordânia, Mónaco, Tailândia, Noruega, Suécia, Luxemburgo, Malásia, Japão e Cambodja. O novo Rei do Kongo realizará uma vi-

sita de amizade e solidariedade uma semana à República de Cuba como forma de reconhecimento pelos sacrifícios consentidos pelo heróico povo cubano.

O Rei e a Rainha terão uma residência particular, construída numa área de 80x80, cuja vivenda/mansão será de 50x50 e os restantes 30x30 serão reservados à garagem, dispensa/ lavandaria-engomadeira, logística, gerador, guarita, para além do jardim. Para dignificar o cargo a nível internacional, o Casal Real e o Administrador-Geral terão direitos a passaportes diplomáticos e de serviço para a secretaria principal e as directoras do Protocolo e da Imprensa. No plano funcional e operativo, o AG é o responsável pela segurança do Rei e da Rainha, do Palácio Real, da residência particular e do património móvel. Ele fará igualmente a ligação com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. É o gestor conjuntamente com o chefe das finanças, do orçamento do RK. O uniforme é obrigatório para todos.

"Agostinho Neto e a cultura nacional"

Colóquio destaca Línguas Nacionais



Agostinho Neto, um intelectual orgânico

GASPAR MICOLO

O colóquio sobre o tema "O Dr. António Agostinho Neto e a Cultura Nacional", em alusão ao 8 de Janeiro, Dia da Cultura Nacional, que decorreu no Memorial António Agostinho Neto (MAAN), destacou as línguas nacionais como tema transversal aos diversos temas discutidos na ocasião.

Convidado a abordar o tema "António Agostinho Neto e as línguas Nacionais", no segundo painel, o director-geral do Instituto de Línguas Nacionais (ILN), José Domingos Pedro, começou por lembrar que é notório nos discursos do Primeiro Presidente de Angola a preocupação com as línguas nacionais. Citando trechos de um discurso de Agostinho Neto na União dos Escritores Angolanos, em 1979, em que defendia que o ensino das línguas no ensino básico e médio, José Domingos Pedro destaca a sua preocupação não só em "identificar os problemas da cultura nacional" mas também em "apontar soluções, apresentar caminhos", o que culminou, por exemplo, com a criação, em 1978, do Instituto Nacional de Línguas, que depois passa a designar-se Instituto de Línguas Nacionais. "Há a necessidade de adoptar uma política linguística que tenha em conta a coexistência de todas as línguas. Daí o facto de o saudoso Presidente Agostinho Neto ter levantado este problema", diz José Domingos Pedro. "Se existem tantas línguas por que razão é que se terá exclusividade de uma só língua".

O também docente universitário lembrou que as línguas nacionais ainda não gozam de um estatuto próprio, por isso precisam de uma protecção jurídica que lhes permita obter maior

dignidade, o que, aliás, poderá definir, claramente, o que são e que papel devem desempenhar na sociedade. Entretanto, consta que a Assembleia Nacional já aprovou em Outubro de 2011, na generalidade, a proposta de Lei do Estatuto das Línguas Nacionais, que visa regular a situação linguística nacional. O documento, ainda sem aprovação final, e que deverá brevemente estar em discussão pública, poderá permitir o aumento do número de línguas nacionais com alfabeto, pois, até ao momento, das várias faladas no país, apenas seis dispõem de alfabeto. À título de exemplo, o artigo 17.º do documento, assinala que "devem ser criadas condições, em todo o território nacional, para que a língua materna do aluno seja o meio pedagógico durante as três primeiras classes (...)". Há ainda a proposta de uso das línguas nacionais nos tribunais, na administração pública e em vários sectores da vida pública.

O escritor José Luís Mendonça, que abordou "Angolanidade e Universalidade na Poética de Agostinho Neto", no primeiro painel, elucidou a pertinência do uso das línguas nacionais em vários poemas do Primeiro Presidente de Angola, declamando-os e reforçando assim a referida preocupação do autor de "Sagrada Esperança". Questionado sobre possibilidade de ensino das línguas nacionais nas escolas, José Luís Mendonça explica que, enquanto docente da Faculdade de Ciências Sociais, nota o ensino das línguas nacionais na referida unidade da Universidade Agostinho Neto. "Mas tem pouca aderência", sublinha. "A minha opinião é que as línguas nacionais devem ser aprendidas na infância, essencialmente nas comunidades". O poeta avança que, com as autarquias, há aqui uma possibilidade para envol-

ver os "mais velhos da comunidade". José Luís Mendonça desafia ainda as universidades a criarem licenciatura em línguas nacionais, assim como há as de línguas portuguesa, francesa e inglesa. "É importante apostar no ensino destas línguas num nível superior, e não somente como cadeiras de algum curso".

José Luís Mendonça acrescentou que, enquanto sintomatologia do estado do mundo, a obra poética de Agostinho Neto constitui um vasto poema épico angolano e universal, em verso livre, entremeadado de estâncias líricas e elegíacas.

Já o sociólogo Cornélio Caley, que abordou "Sagrada Esperança: o conceito", destacou os vários períodos que marcaram a intervenção de Agostinho Neto na luta contra a pobreza, a consolidação da independência nacional, a consolidação das ideias pan-africanistas, a negritude, entre outras questões. Para Cornélio Caley, "Sagrada Esperança" são duas palavras que, juntas, traduzem uma mensagem infinitamente grande que nos convida a atingir um nível de felicidade, fraternidade, de igualdade ou de solidariedade na criação da nação angolana. "Os linguistas deveriam envolver-se na tradução deste livro para as principais línguas nacionais", diz o também escritor Cornélio Caley, e que já foi secretário de Estado da Cultura. "A maioria do nosso povo não assimila ainda bem o discurso veiculado na língua portuguesa".

Enquanto isso, a directora do Arquivo Nacional, Alexandra Aparício, a quem coube a dissertação do tema "António Agostinho Neto e a Geração da Mensagem Na Afirmção da Identidade Angolana", frisou que Agostinho Neto deixou um legado com uma boa parte por explorar e partilhar.

Referiu-se também a uma descrição da situação da colónia de Angola da época, explicando o aparecimento do Movimento dos Jovens Intelectuais dessa Geração, que através da sua poesia contestaram e chamaram a atenção para a situação calamitosa e para o sistema colonial vigente. Um Movimento que se estendeu passando da contestação intelectual para a luta armada que conduziu à libertação de Angola do jugo colonialista e à sua independência. "Foi uma geração de literatos que acabou por se envolver em política, em virtude da inércia do colonialismo", diz a historiadora. "Esta geração influencia toda a geração de escritores subsequentes e cria raízes do que mais tarde seria a identidade nacional".

No segundo painel, além de José Domingos Pedro, tomaram a palavra Benjamim Fernando, com o "Renúncia Impossível: o conceito"; Eduardo Pérez Alberto, com o tema "O Pensamento Filosófico de Agostinho Neto sobre Angola enquanto Estado: "o mais importante é resolver os problemas do povo" e António Fonseca, com o tema "A política Cultural no Pensamento do Dr. António Agostinho Neto".

Entretanto, a criação de um espaço de debate para se repensar a cultura nacional e se traçarem novas áreas de actuação, capazes de dar sustentabilidade aos planos e metas alinhadas no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2018/2022 e que definem as políticas de governação no domínio da cultura, foi defendida pela ministra da Cultura, Carolina Cerqueira, na abertura do evento.

O Dia da Cultura Nacional foi insti-



Participantes no Colóquio

tudo em 1986, devido ao discurso pronunciado pelo primeiro Presidente angolano, António Agostinho Neto, em 1979, na tomada de posse dos corpos gerentes da União dos Escritores Angolanos (UEA).



Prêmio Caneta de Ouro 2018

No Brasil escritor e poeta angolano recebe o título de Comendador Benfeitor da Humanidade

Ermi Panzo, escritor e poeta, palestrante e activista da cultura africana na diáspora foi agraciado com o Prêmio Caneta de Ouro e ainda diplomado e concedido o título de Comendador Benfeitor da Humanidade, pela Federação Brasileira dos Acadêmicos das Ciências, Letras e Artes (FEBACLA), pelo que tem vindo a realizar no âmbito da literatura escrita e oral, assim como as demais contribuições e elevação da cultura africana das diásporas, durante a sua trajectória..

A solenidade ocorreu na passada sexta feira, 14 de Dezembro de 2018, na Federação Municipal de Niterói - Rio de Janeiro. Fez as honras outorgais ao agraciado Ermi Panzo o presidente da FEBACLA Grão Mestre das ordens do Sodalício Académico, Dom Alexandre Carvalho, na presença de membros do Secretariado da Ordem Mundial Dos Direitos Humanos e convidados.

De referir que a escritora Ngonguita Diogo, também de Angola também recebeu o mesmo título. Portanto Angola conta com Ermi Panzo e Ngonguita Diogo no acervo de premiação internacional na titularidade acima referida.

O Homenageado, na ocasião, dedicou o prémio aos seus pais, Teresa Saraiva Panzo e Marques Alexandre, e associou a vitória aos amigos e amigas que o prestigiaram ali.

Assim como também reverenciou a ancestralidade dos povos afros brasileiros em honra das matrizes africanas. E finalmente entregou o livro de Agostinho Neto como símbolo da literatura angolana à FEBACLA, na pessoa do seu coordenador Dom Alexandre Carvalho.

Panzo já foi premiado e reconheci-

do também em outros lugares, sendo o vencedor do primeiro concurso nacional angolano de palavra falada (kussingula) em Angola, em 2013 e levou a poesia angolana no fórum pan-africano que decorreu em Kampala, Uganda, no mesmo ano. Ainda soma outros diplomas de reconhecimento obtidos em Cuba, México e Brasil em virtude das suas contribuições e promoção da Cultura e arte africana.



O Autor

Ermi Panzo, de nome Ermildo Saraiva Pano, natural de Caxito, província do Bengo, Angola, é escritor, poeta declamador, coreógrafo e bailarino performer, consultor e estruturador de textos literários e agente literário. Como cidadão do mundo, a difusão da sua arte literária e outras paixões pela pedagogia, o tornou um nómada pela África, e América Latina. E nesta sua temporada no Brasil, trabalha com projectos culturais de matrizes africanas na linguagem de literatura oral e escrita, levando assim a cultura africana às periferias de São Paulo. É membro do Movimento Berço literário/Angola. Coordena as edições

Afrikanse e parceiros de outros movimentos artísticos do Brasil. Ermi Panzo também fundou o projecto pedagógico "La escuela y mis debilidades", em Cuba e posteriormente actuando no México (projecto ligado a métodos estudos, técnicas de elaboração e estruturação de trabalhos técnicos científicos e desconstrução do sistema educativo pelo viés autopersonal)

Panzo é autor do Livro ÓPIO, O GRITO DO POETA, DESASSOSSEGO e integrante das antologias POEMAS DE BERÇO E OUTROS VERSOS (Mov. Berço Literário de Angola), VERSOS ITINERANTES (Escritores de Florianópolis) e do dueto antológico LA NARANJA PODRIDA (com a escritora Jamaicana Luna Bijan) Brevemente o livro ATÉ A PRÓXIMA VEZ.

Poemas de Ermi Panzo

Fugir por enquanto

mãe, treina-me
quero ser craque
fugir de Cabinda ao Cunene
sem que uma bala me embarque
para que eu não vá tão cedo
ao encontro da avó Yamba
mamá Lemba
tio Birimba
tia Kenguita
avô Ngombo
primo Jobito
vizinha Mané
tio Macadão

mãe, treina-me
tenho pressa do meu corpo vivo

Sedução

Teus olhos batendo palmas
fornalham magia

Sim!

Até que me domina
Me doutrina
Me dislexia
Me penicilina,
Me poesia

Tendência do uso das TIC no ISCED do Uíge



EDUARDO
DAVID
NDOMBELE

Este trabalho tem como objectivo motivar os estudantes do ensino Superior de Angola, em particular os estudantes vinculados ao Departamento de Ensino e Investigação de Letras Modernas do ISCED do Uíge para o uso frequente e racional das novas tecnologias nas suas actividades académicas.

Introdução

O Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED) do Uíge é uma instituição pública de carácter científico que faz parte da VII região académica de Angola. Tem como missão formar professores nos graus académicos de bacharelato, licenciatura e mestrado, oferecendo-lhes ensino de qualidade. O Departamento de Ensino e Investigação de Letras Modernas do ISCED do Uíge integra três secções, nomeadamente: Língua Portuguesa, Língua Francesa e Língua Inglesa. O objectivo dos cursos é graduar técnicos superiores de ensino naquelas áreas para as escolas do Ensino Geral, Secundário e Médio Técnico e tem a duração de quatro anos académicos.

As primeiras motivações do presente texto surgiram quando constatamos o grau de dificuldades que os estudantes dos cursos de Letras apresentaram quando lhes foram solicitados para manusear os computadores, enviar emails ou consultar uma fonte na internet. Poucos estudantes possuem computadores pessoais, poucos possuem correio electrónico, e alguns estudantes revelaram em conversas travadas em privado o fraco domínio desta ferramenta, o computador.

Constatamos que os estudantes do ISCED em geral e em particular os do Departamento de Letras, na sua maioria, ainda não utiliza as novas tecnologias na sala de aula, embora todos reconheçam as suas potencialidades. A falta de formação e de equipamentos informáticos permanecem como os principais factores inibidores da integração no processo de ensino/aprendizagem.

Nesta ordem de ideias, é prematuro falar sobre a qualidade do ensino nesta era globalizada, quando se está muito fora dos parâmetros exigidos hoje pelo contexto mundial, quanto ao uso das TIC no ensino que surgem para revolucionar o saber em qualquer campo que seja.

Portanto, é urgente ter a consciên-



As TIC dão acesso rápido à investigação

cia deste problema e proceder a uma análise sobre políticas de integração das TIC no processo de ensino/aprendizagem, especificamente no ensino de Línguas, com vista a garantir mais eficiência na transmissão e aquisição de conhecimentos.

As observações e as pesquisas sobre as condições da qualidade do ensino em Angola, numa perspectiva de abordagem por competências, fizeram com que surgissem algumas reflexões:

1. Como é possível, em pleno século XXI, fazer o ensino superior sem o domínio das novas tecnologias?

2. Quais são as políticas públicas para a promoção e massificação das novas tecnologias em Angola?

Se o estudante do ensino Superior tem dificuldades com o uso das novas tecnologias, como poderá escrever a sua monografia no final da sua formação curricular? Essas são algumas questões que motivaram o desenvolvimento desta pesquisa na busca por respostas que possam contribuir para a integração das novas tecnologias no sistema de educação em Angola. Nesse contexto, é oportuno destacar que esta pesquisa tem como objectivo geral demonstrar a importância do uso das novas tecnologias nos estudantes do Departamento de Letras Modernas do ISCED.

1. Algumas tendências sobre o uso da internet

Em geral, os estudantes do Departamento de Letras Modernas do ISCED Uíge têm uma visão muito positiva da Internet, percepções muito favoráveis. Muitos acreditam que a Internet é uma ferramenta de comunicação indispensável e essencial para melhorar a qualidade da educação. Como benefícios perceptíveis muitos acham, a

leitura de informações (jornais on-line nacionais e internacionais), bem como a comunicação; apontam a possibilidade de ter cursos on-line. Quase todos os estudantes dão uma olhada positiva na Internet. As opiniões são geralmente favoráveis:

"ferramenta eficaz para encontrar informações, rápido e barato para se comunicar com colegas, amigos", é assim que os benefícios podem ser resumidos de acordo com as palavras ouvidas.

Não se trata de inundar as escolas e universidades de computadores, como que caídos de pára-quedas. Trata-se de organizar a assimilação produtiva de um conjunto de instrumentos poderosos que só poderão funcionar efectivamente ao promovermos a mudança cultural, no sentido mais amplo, correspondente. Se o século XX foi o século da produção industrial, dos bens de consumo durável, o século XXI é e será o século da informação, da sociedade do conhecimento. Não há nenhum "futurismo" pretensioso nesta afirmação, e sim uma preocupação com as medidas práticas que se tornam necessárias, e cujo estudo deve figurar na nossa agenda (DOWBOR, 2001)

Hoje, se pretende fazer do estudante universitário um homem reflexivo e autónomo do ponto de vista de investigação, a aquisição da informação deverá depender cada vez menos do professor, pois as novas tecnologias vêm disponibilizando dados suficientes e atraentes para os discentes. Uma das ferramentas tecnológicas que vêm disponibilizando essas informa-

ções é a Internet. Através da Internet, pode-se obter um enorme leque de informações que vêm servindo como apoio didáctico aos estabelecimentos de ensino, mas também permite a formação on-line em qualquer local e horário, a preços bastante acessíveis; aspecto muitíssimo relevante para o mundo académico.

Na crescente sociedade da informação, as tecnologias de informação e comunicação são vistas como um factor homogeneizador e o investimento por excelência para melhorar o desempenho escolar e garantir a igualdade de oportunidades. Portanto, independentemente da sua origem social, as pessoas que evoluirão na sociedade de informação terão que lidar com essas tecnologias.

Em todo o mundo, a educação é reconhecida como o suporte da sociedade. É considerado um factor essencial de eficiência económica e protecção contra o risco de desemprego.

Nesse sentido, é vista como o cimento da integração social e o garante da equidade em uma sociedade baseada na diversidade. Para esse fim, acredita-se que a qualidade da educação que um povo recebe (e doa) é directamente proporcional à força de sua identidade e ao gosto que ele desenvolve para o controle total de seu destino.

2. Importância do estudo

Hoje, o mundo vive em tempos de mudanças. As sociedades estão a desenvolver num ritmo muito acelerado, as pessoas estão envolvidas a confrontar novos desafios os quais devem estar preparados. O nosso país também vive esta realidade, por isso, a escola como instituição do saber deve acompanhar esta evolução, concretamente dominada pelo uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e que realmente, justifica o nosso estudo, no âmbito de ensino de Língua Portuguesa.

O uso das TIC garante a eficiência na busca de informações; transforma os docentes na sua forma de actuação pedagógica, introduzindo novas formas de comunicar-se com os seus aprendentes, tornando-os mais dinâmicos e interactivos nas aulas. Entretanto, o uso dessas novas tecnologias no ensino, ajudam o aluno a desenvolver não só as suas capacidades intelectuais como também, a sua personalidade e sua inserção no meio social e profissional.

A tecnologia, por si só, não permite avanços no ramo de ensino. Na realidade, o que possibilita avanços nesse campo é a acção cultural do homem; é o que ele faz com as tecnologias, a ma-





neira como as usa, por isso, como o professor tem a função de formar o homem nos seus mais variados aspectos, deve primeiramente, estar preparado a dominar as TIC para posteriormente implementar nas suas actividades, facilitando assim, o esforço humano na transmissão do conhecimento.

Nesta conformidade, sabe-se que hoje, muitos alunos usam as TIC, mas de uma forma não adequada, usam frequentemente as redes sociais e escrevem mal, adoptam ortografias muito abreviadas e transportam-nas para situações formais, logo, os professores de línguas terão também em mãos um instrumento que o vai permitir a promoção do uso racional da Internet, sobretudo no plano da escrita. Partindo da premissa de que o professor deve educar e instruir o aluno aproveitando os conhecimentos que ele traz a partir de casa, estamos em crer que ensinar o aluno no mundo actual é entender a forma como ele convive diariamente com as tecnologias que circundam a sua volta. Por exemplo, o fenómeno “novela”. Os jovens conseguem memorizar a cena completa dum novela, suas personagens e caracterização, logo o professor de português está diante de um instrumento de análise para uma aula texto narrativo. Assim sendo, este estudo pretende contribuir na emancipação de políticas de integração das novas tecnologias no processo de ensino/aprendizagem, com especial incidência no ensino de Línguas

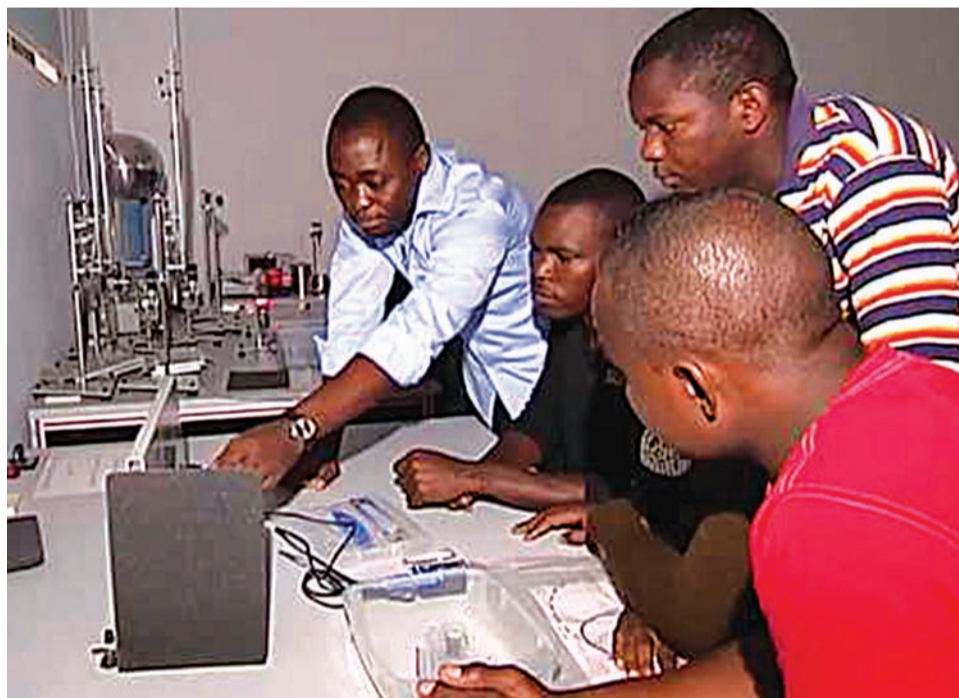
3. O uso do computador na escola

Os primeiros computadores ligados em rede datam da década de 60, época da Guerra Fria. Um computador denominado “master” ou “chefe” enviava informações para os EUA sobre planos dos inimigos e, ao mesmo tempo, guardava documentos sigilosos da chamada superpotência. (Silva, 2010). Igualmente, Lévy apud Silva (2010:19) afirma que “os primeiros computadores eram calculadoras programáveis com programa gravado. E apareceram em Inglaterra e nos Estados Unidos da América em 1945”.

De facto, os autores apontam sobre as primeiras utilizações do computador e a sua finalidade, daí que com a evolução do tempo foi ganhado espa-

ço em diferentes sectores, tal como aponta Castle apud Silva (2010) referindo que, o exponencial crescimento das redes interactivas de computadores, que criaram novas formas e canais de comunicação, molda a vida e, ao mesmo tempo, são moldadas por ela. Para o autor a revolução tecnológica da informação é um evento histórico com a mesma importância da revolução industrial do século XVIII, pois introduz um padrão de descontinuidade nas bases materiais da economia, sociedade e cultura, enfatizando que, diferentemente de qualquer revolução, o cerne da revolução actual refere-se às tecnologias da informação, processamento e comunicação.

Do ponto de vista pedagógico, Silva (2010) acredita que é possível enunciar múltiplas vantagens do uso do computador, mas há também algumas



questões problemáticas que se colocam a esse uso, que, não desvirtuando a sua produtividade, merecem ser de igual forma equacionadas, do mesmo modo, quanto às suas vantagens, Lajus e Vagnier (1998) realçam que o computador é frequentemente apresentado como um instrumento que favorece o desenvolvimento de certas capacidades motoras e cognitivas nas crianças muito novas, ou que permite a alunos em dificuldades, recuperar o seu atraso através de novos meios mais atractivos e com a reputação de serem mais eficazes, além disso os au-

tores apontam também que O computador é também um auxiliar eficaz para a preparação dos materiais e das fontes pedagógicas nos quais os professores se apoiam para orientar ou ilustrar a sua aula, ou ainda para organizar o trabalho individual dos alunos. Por outro lado, Silva (2010) é da mesma opinião que o computador constituiu desde o início um instrumento de apoio às estratégias de desenvolvimento da competência comunicativa, ganhando relevância tanto para os professores como os aprendentes, começam a otimizar a sua utilização em sala de aula ou fora dela.

Neste contexto, tornou-se um importante instrumento ao serviço da educação, uma vez que permite possibilidades de escolhas, promove a autonomia e a construção da própria aprendizagem, na medida em que propicia a utilização de recursos de forma individual e respeitadora dos ritmos individuais de aprendizagem.

De forma geral, o uso do computador promoveu uma modernização rápida e devastadora, que alterou conceitos, formas de pesquisa, métodos de ensino e até mesmo a maneira como as relações humanas são integradas. Para Silva (2010), a sua integração é possível seja qual for a metodologia usada. Ele é, sobretudo, uma ferramenta essencial para que os estudantes procurem aquilo que lhes é invisível, distante, desconhecido. Permite ainda, em associação, por exemplo, com a Internet, o armazenamento de dados, a publicação de notícias, a criação de páginas pessoais, a interacção em redes sociais. Outro factor po-

sitivo para o autor resulta da sua utilização, é o desenvolvimento de competências várias, de entre as quais se destacam a da leitura, a da escrita, a auditiva e a visual, no quadro de uma nova maneira de pensar e conviver (LÉVY APUD SILVA, 2010).

4. Ferramenta para melhorar a qualidade da educação

Com o fenómeno da globalização e o potencial de desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, particularmente a Internet, o ambiente global está mudando e a uni-

versidade angolana não pode ficar indiferente às importantes apostas dessas evoluções tecnológicas, de facto, a ascensão das TIC desafia o mundo académico e activa a formação da “sociedade do conhecimento,

Em Angola, o uso da Internet é recente A oferta de acesso à Internet é realizada principalmente pelas operadoras de serviços de Internet nomeadamente, Angola Telecom, Unitel, Movitel e outros.

Antes do advento da Internet, os estudantes-pesquisadores se acostumaram a consultar bibliotecas, centros de documentação e periódicos científicos, o que exigiu uma mudança por parte da pessoa em questão. a essas fontes de informação. Mas hoje, a noção de tempo e espaço é totalmente transformada em uma nova maneira de trabalhar.

Além disso, os métodos de ensino activos exigem que os estudantes sejam mais autónomos no uso de recursos, eles devem ser capazes de encontrar e avaliar as fontes de informação nas quais seu trabalho será baseado e integrar os novos.

Nos últimos anos, grandes esforços têm sido feitos para equipar as instituições de ensino superior com novas tecnologias de informação e comunicação. Actualmente, existe uma grande preocupação quanto à integração das TIC em geral e da Internet, em particular nas práticas estudantis nas instituições do Ensino Superior em Angola. Espera-se, com razão, que todos os esforços feitos até aqui pelo estado angolano para a construção de novas infra-estruturas escolares se espalhem para as práticas e levem os estudantes angolanos a inovar e competir no mercado internacional. Espera-se também que os estudantes não sejam mantidos fora da actual revolução digital.

Actualmente tudo mudou. As ferramentas de ensino, os recursos de informação, as disciplinas ministradas já não são as mesmas e os estudantes já não têm as mesmas preocupações, os mesmos interesses ou a mesma personagem. Tudo é influenciado pelos novos meios de informação e comunicação. Estamos num momento em que professores, cursos e informações têm que se adaptar à nova situação: “Temos que mudar não porque temos que mudar, mas porque é necessário e obrigatório mudar”

Combinado com o computador, a Internet é um suporte novo e poderoso para a disseminação de informações. Uma de suas vantagens é a possibilidade de oferecer uma rede rica em informações escolares e extracurriculares, diálogo e comunicação imediata com outros usuários da Internet, que vão além da relação individual entre o leitor e o livro, bem como a relação tradicional entre aluno e professor.

O novo mundo da informação já mudou nossas vidas. No entanto, esse impacto é modesto em comparação ao que esperamos nos próximos anos, especialmente na educação. A tecnologia da informação mudou a forma co-

mo trabalhamos., eles continuam a mudar até a nossa rotina social: saúde, shopping, educação, ensino, etc.

5. O rumo das novas tecnologias em Angola

Saída de uma guerra há mais de 30 anos, Angola conheceu, a partir de 2003 com o alcance da paz, avanços significativos em todos os sectores da vida económica do país. Do período pós independência até aos nossos dias, tal como afirma (FORTES, 2011: 247):

Angola tem empreendido esforços nas Tecnologias de Informação e Comunicação, dotando-se dos meios tecnológicos indispensáveis, formando quadros e especializando-os nos mais variados níveis de conhecimento, implementando sistemas de controlo e gestão eficientes e implementando uma cultura de manifestação das TIC.”

Em Outubro de 2005, numa alocução em que fazia referência às políticas de desenvolvimento do país, o Chefe de

com o propósito de materializar aquelas orientações, aprovou dois documentos chaves: O Plano de Acção para a Sociedade da Informação (PASI) e o Plano de Acção da Governação Electrónica (PAGE). No mesmo ano foi inaugurado o Portal do Governo, a fim de garantir a disponibilidade de serviços governamentais de conteúdo de informações sobre várias matérias, permitindo que com acesso a esses serviços se desse um passo gigante na prestação online.

Em 2007, a Comissão Económica da Organização das Nações Unidas para África reconheceu o trabalho do Governo de Angola e atribuiu o prémio Tiiga Awards/07, pelo engajamento no desenvolvimento do sector tecnológico no país, em função dos projectos apresentados no domínio das TIC.

O sector das TIC conheceu um considerável crescimento que permitiu que a internet fosse uma realidade, de acordo com Fortes, V. (2011: 250)

mente, para o desenvolvimento de software para a educação, governação e facilitação do estabelecimento de medidas que visam manter a segurança no uso das TIC”.

Actualmente, os serviços de telecomunicações de Angola são suportados por vários satélites, sendo os seus custos muito elevados para o país, dentre os quais destaca-se algumas empresas prestadoras de serviço das telecomunicações: Angola Telecom, Unitel, Movicel, Maxnet, TV Cabo, ACS, MVCOMM, Multitel, Net One.

Assim sendo, a maior revolução tecnológica em Angola vai acontecer com a materialização do grande projecto do Satélite angolano “Angosat”. recordamos que o lançamento do Angosat-1 pelo foguete Zenit ocorreu no dia 26 de dezembro de 2017. a partir do cosmódromo Baikonur. Angola seria o sétimo país africano a ter um satélite próprio de comunicações em órbita, após o lançamento do Angosat1, juntando-se à Argélia, África do Sul, Egipto, Marrocos, Nigéria e Tunísia. O Angosat1, construído na Rússia, através de Rocket e Space Corporation (RSC) Energia tem mil e 55 quilogramas e 262.4 quilogramas de carga útil. Ficaria na posição orbital 14.5 E e viria a ter uma potência de 3.753 W, na banda CKu, com 16C+6Ku repetidores. Como satélite geoestacionário artificial, estaria localizado a 36 mil quilómetros acima do nível do mar e a sua velocidade coincidiria com o da rotação da terra. O Angosat 1 é a denominação do primeiro satélite angolano geoestacionário, que trará oportunidades de expansão dos serviços de comunicação via satélite, acesso à Internet, rádio, telefonia e transmissão televisiva.

A Rússia perdeu o contacto com satélite angolano depois do seu lançamento por motivo de um suposto curto-circuito. Construído a partir de 2012, no seguimento de um acordo assinado entre Angola e a Rússia, em 2009, custou 360 milhões de dólares aos cofres do Estado angolano. O satélite tem um seguro de 120 milhões de dólares, que prevê a sua substituição, a custo zero, em caso de eventual destruição ou desaparecimento.

De acordo com Fortes (2011:268) “a instalação do satélite Angosat vai permitir e aumentar a capacidade de qualidade de serviços de telecomunicações e baixar o custo para o Estado e os utentes”, deste modo é evidente que, com a chegada deste tão imponente recurso tecnológico, os diferentes sectores como, a educação, a saúde, a justiça e outros, vão registar grandes avanços no plano do desenvolvimento do país. Na verdade, com este equipamento será possível aumentar o nível de conhecimentos neste mundo que ainda é considerado restrito para muitos países, tal como acrescenta Fortes (2011) estes equipamentos asseguram a utilização das redes de comunicação, constituindo assim um momento fundamental para a consolidação dos processos que elevam o país ao nível dos mais modernos meios de educação,

gestão e governação.

A escola como instituição sente-se muitas vezes como um elástico, puxada de todos os lados, pressionada a agir pela mudança, mas muitas vezes agarrada a uma lógica

tradicional de actuação tentando manter o equilíbrio (precário), resistindo. Não pode continuar atrasada em relação às grandes mudanças sociais operadas a um ritmo cada vez maior, sob pena de se tornar obsoleta por não dar resposta aos múltiplos desafios e papéis dos tempos actuais que se caracterizam pela profunda transformação tecnológica operada pela rápida evolução e difusão de novas tecnologias, principalmente as associadas às comunicações e aos computadores. (SILVA, 2004)

Do ponto de vista do aluno, pode-se dizer que existem as seguintes possibilidades:

- Aumento da motivação e do entusiasmo pela aprendizagem por duas razões: primeiro, porque a Internet/Web é um meio de comunicação “novo” na escola, e isso leva o aluno a adquirir certo interesse pela aprendizagem. Segundo, porque a Internet/Web é uma ferramenta de aprendizagem interactiva, dinâmica e poderosa, que reúne os meios que permitem aos estudantes concretizar o tipo de aprendizagem que mais os motiva;

- A comunicação abre horizontes de um conhecimento, que praticamente circunscrito às quatro paredes da sala de aula, passa para o alargamento ao mundo. Com isto, o aluno passa a ter um maior interesse por acontecimentos mundiais. Por outro lado, sente um maior à-vontade para contactar e comunicar com pessoas que não se conhecem pessoalmente, o que leva o aluno a preparar-se para situações do tipo que farão parte do seu dia-a-dia profissional;

- Os estudantes passam de receptores passivos a receptores-produtores activos de informação, opinião e conhecimento. Com isso, nasce, espontaneamente um grande sentido de responsabilidade e um empenho e orgulho em publicar algo que esteja “impecável

«...O uso das TICs na escola, principalmente com acesso à internet, contribui para expandir o acesso à informação actualizada, permite estabelecer novas relações com o saber que ultrapassam os limites dos materiais institucionais tradicionais, favorece a criação de comunidades colaborativas que privilegiam a comunicação e permite eliminar os muros que separam a instituição da sociedade». Almeida, 2003

Conclusão

No início deste texto definimos que o problema que conduziria este trabalho seria: “Como estão a ser integradas as novas tecnologias pelos estudantes do Departamento de Letras”. Com este problema pretendíamos sublinhar a importância do uso das novas tecnologias no ensino de Línguas na busca de eficiência e qualidade para uma peda-



Estado apud Fortes, V. (2011p248) faz o seguinte pronunciamento:

“O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, é um dos pilares indispensáveis à estruturação e reforço das sociedades contemporâneas. A emergência da sociedade do conhecimento exige do nosso governo e de todos os cidadãos a adopção de novos paradigmas de governação e de novos modelos de relacionamento entre governantes e governados a fim de conferir outra plenitude à sua participação na vida social, cultural, educativa, académica, económica e política do país. Devemos ser ambiciosos e a nossa ambição deve ter a dimensão do nosso território nacional e se deve imprimir um ritmo mais rápido à adopção, utilização e domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Com esta mensagem, o mais alto dignitário do Estado angolano orientava ao governo e a sociedade, as novas directrizes que perspectivam o alcance do tão almejado designo que é o de sermos uma sociedade contemporânea, actual e actuante, para que as TIC sejam efectivamente um dos pilares do desenvolvimento de Angola. No ano seguinte, o governo Angolano,

“em quase todo o país mais de 1/3 dos habitantes podem ter acesso às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, nomeadamente a internet, TV, e telefonia móvel”, entretanto já é notável e se pode aferir que a inclusão digital é já uma realidade. Ainda no ano 2007, o sector das TIC registou um avanço através do projecto de instalação da rede de fibra óptica em todo o país, para garantir uma qualidade do sinal de internet em todo o território, provendo-se a sua operacionalidade total em 2012.

Um outro destaque na senda do desenvolvimento tecnológico tem a ver com a UIT (União Internacional das Telecomunicações) responsável por levar os benefícios das TIC para todos os habitantes do mundo através da elaboração de regulamentação das telecomunicações e de cooperação técnica para a difusão de informações, rubricou o acordo de cooperação bilateral com Angola, que visa criar a plataforma de regulamentação e aplicação do “livro branco das tecnologias de informação no país” assegurando para Angola o processo de Info-inclusão mundial. Para Fortes (2011:259) “a parceria servirá, igual-

gogia inovadora na era digital. Assim, foi possível concluir o seguinte:

A incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação na escola é uma resposta às novas demandas sociais advindas com a emergência da chamada Sociedade da Informação. Percebe-se a possibilidade de uma ampliação das comunicações via fios, cabos, televisões, computadores, centrais de comunicação, etc., daí que a escola deve adaptar-se à esta nova dinâmica social, pois observa-se novos estatutos do professor e do aluno nos países que já se encontram mergulhados nas novas tecnologias de ensino. Na verdade, actualmente as políticas educacionais mundiais consideram o aprendiz como “eu” em desenvolvimento. Dessa forma, ele não faz parte do processo, mas é o sujeito que comanda o processo.

Para o ensino do português, as TIC oferecem inúmeras possibilidades que facilitam e dinamizam o seu processo. A título de exemplo, o rápido acesso à informação, a adesão aos livros digitais (gramáticas, dicionários, etc.) por parte dos jovens leitores são uma prova da facilidade de acesso e de consumo de livros numa população sem hábitos de leitura, assim como os jogos educativos que ainda reflectem o modelo programado de Skinner, que também promovem a auto-aprendizagem.

O advento do computador e da Internet, apesar de os professores reconhecerem as suas potencialidades

educativas, não mudou a maneira como eles ensinam e como o aluno aprende, prossegue-se dando aulas como se fazia há décadas, seguindo modelos que basicamente não se actualizam ou não se alteram face à evolução do conhecimento humano. Notamos que a falta de visão face às potencialidades das TIC, a falta de interesse e a falta de formação específica dos professores, justificam os motivos que impossibilitam a integração das TIC no ensino de Língua Portuguesa. Além disso, através do questionário dirigido aos directores compreendemos que as escolas apresentam um grande défice de equipamentos informáticos disponíveis em cada uma delas, ao passo que os investigadores desta área apontam, para que as TIC estejam implementadas no processo de ensino/aprendizagem é fundamental equipar as escolas com equipamentos TIC e formar os professores nesse domínio para lidarem com essas operações.

Por outro lado, o computador por si só não completa o pacote necessário para finalidades educativas, pois é necessário que a Internet, como ferramenta que possibilita a interligação mundial através de computadores, esteja também em consideração para o efeito.

O impacto da Internet em Angola resultou em um aumento de número de cyber cafés nas principais cidades, a Internet está começando a entrar nos costumes de uma parte do público universitário, pelo menos o

uso de e-mail e das redes sociais. Muitos estudantes do Instituto Superior de ciências de educação do Uíge usam esses recursos para escrever suas monografias e dissertações. A Internet se torna uma ferramenta essencial para essas pessoas.

A análise dos resultados da nossa pesquisa mostra que, apesar da diversificação do uso das TIC, a cultura da Internet ainda não entrou em todas as mentalidades da universidade, principalmente entre os estudantes do primeiro ano. Muitos deles ainda não incorporaram tradições no que poderíamos chamar de cultura da Internet e, mais geralmente, de TIC, e usam essas ferramentas de maneira bastante aleatória, de acordo com suas necessidades no curto prazo.

Os resultados do estudo revelam uma falta de interesse entre os usuários da biblioteca. Estes são cada vez menos frequentados, o público universitário prefere encontrar informações na Internet. Diante dessa situação, há uma necessidade urgente de equipar bibliotecas universitárias com computadores conectados à Internet e dedicados a encontrar informações on-line. As Tecnologias de Informação e Comunicação multiplicam e facilitam a procura de informação e os equipamentos interactivos e multimédia colocam à disposição dos alunos e professores um manancial inesgotável de informação.

Referências

ANNUAIRE STATISTIQUE Mine-sec/celluleinformatique. Éd. CAMTEL(2008).

BOGDAN, R. C. & Biklen, S. K. (1994). Investigação qualitativa em educação. Portugal: Porto Editora.

- BAPTISTA, E. e Correia, M. (2006). Novas Tecnologias – Presente e Futuro. 1ª ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

LAJUS, S. P. & Magnier, M. R. (1998). A escola na era digital – Os desafios do multimédia na educação. Lisboa: Divisão Editorial.

LADISLAU Dowbor Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação, 2001

HIRSCHSPRUNG, Nathalie: Apprendre et enseigner avec le multimédia, Paris, Hachette. (2005)

- SILVA, L. A. da (2010). As novas tecnologias nas aulas de Português Língua Estrangeira (dissertação de mestrado). Universidade do Porto, Porto.

- SALGUEIRO, M. G. G. (2013). Um olhar sobre as TIC no Ensino do Português: concepções e práticas docentes no Concelho de Almada (dissertação de mestrado). Universidade de Lisboa, Lisboa.

- SANTOS, L. & Simões, D. (orgs) (2009). Ensino de Português e Novas Tecnologias. Colectânea de textos apresentados no I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Dialogarts.

- SILVA, B. A. J. (2007). Fundamentos de metodologia científica. 3ª ed. São Paulo: Persom/Prentice.

- SILVA, M. A. R. da (2010). O Uso Pedagógico das TIC como Expansão das Capacidades: O Proinfo Natal/RN. (dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Natal

SILVA, Alvaro, Ensinar e aprender com as novas tecnologias, Dissertação apresentada a universidade de minhho, 2004

- TAVARES, M. J. F. et. al. (2003). Discursos – Novos Rumos e Pedagogia em Ensino a Distância. Lisboa: Universidade Aberta.

TAVARES, Narizanda, o uso da internet para fins educativos, monografia, ISE, Praia, 2006

Eduardo David Ndombele é doutorado em linguística pela UNISAL, na área de sociolinguista, na linha de políticas linguísticas. Professor auxiliar no Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge, já exerceu as funções de Chefe de Secção de Investigação Científica. Actualmente, é o chefe do Departamento de Letras Modernas do ISCED- Uíge, Coordenador Adjunto do Curso de Mestrado em Ciências da Educação do ISCED/ Uíge e Membro do Conselho Científico do ISCED- Uíge. Leciona as disciplinas de Sociolinguística, Psicolinguística, Linguística bantu e MIC, e realiza diversas orientações para Elaboração do trabalho de fim de curso.



Museu da Huíla: 63 anos de histórias



Falar de 63 anos de História do Museu Regional da Huíla é falar de 63 anos de histórias. Histórias que fazem deste Museu uma das mais importantes instituições museológicas do país. É falar de Alberto Machado da Cruz enquanto investigador das Ciências Sociais e Humanas, responsável pela recolha de grande parte das colecções que compõem o acervo do MRH, é falar de Peixoto Correia, Governador do Distrito da Huíla em 1955, que, percebendo a importância da recolha etnográfica levada a cabo por Machado da Cruz, funda, na cidade de Sá da Bandeira, o Museu da Huíla, é falar igualmente de Arnaldo Correia, o médico que doa a sua moradia para efeitos culturais e científicos e onde Peixoto Correia e Machado da Cruz instalam o Museu, é falar da dedicação de José Ferreira que durante os anos que se seguiram à independência de

Angola conseguiu, dentro das suas modestas possibilidades, manter e preservar o importante espólio que a instituição alberga. É também homenagear todos os funcionários que ao longo dos anos se dedicaram à preservação, manutenção e divulgação da Cultura angolana.

A visita que o jornal Cultura fez ao Museu Regional da Huíla contou com os préstimos da sua directora, Soraia Santos Ferreira, que traçou a resenha que abre esta reportagem e facilitou a entrevista guiada ao rés-do-chão e à cave, onde se encontra a exposição permanente. Para além da exposição etnográfica, o Museu possui o jardim onde se erguem estátuas de figuras marcantes da História colonial de Angola, como Artur de Paiva e João de Almeida, e os bustos de Luís de Camões, D. José da Câmara Leme e Agapito de Carvalho.

Instalado numa moradia adaptada às funções museológicas pretendidas, o Museu da Huíla contou de 1956, ano da sua fundação, a 1975, com duas exposições etnográficas, uma portuguesa, com artefactos de origem colonial e outra com artefactos de origem Nyaneka. O âmbito do Museu altera-se após a independência nacional, altura em que são retirados da exposição os artefactos de etnografia portuguesa, passando, desde então, a dedicar-se ao estudo, preservação e divulgação da cultura material dos povos, não apenas da província da Huíla, mas de toda a região Sul, composta pelas quatro províncias: Huíla, Namibe, Cunene e Kuando Kubango.

Das quatro províncias do Sul de Angola, a Huíla é aquela que apresenta uma maior diversidade, coabitando no seu território os Nyeaneke, que, por si sós, se subdividem em 11 sub-grupos: os Ovanyaneke, Ovamwila, Ovahumbi, Ovahanda de Qui-pungo, Ovahanda da região da Mupa, Ovacipungo, Ovankhumbi, Ovangdongwena e Ovahinga.

A província do Namibe é território por excelência dos Herero ou Ovahelelo, que se subdividem em Ovakuvala, Ovahakavona, Ovangendelongo, Ovacavyuka e Ovahimba.

Os Ngangela, que ocupam maioritariamente a região da província do Kuando Kubango, estão também subdivididos em vários grupos, dentre os quais se destacam os Ngangela de Katoko, Mpengo e Nyemba.

No que diz respeito à província do

Cunene, esta é composta pelos Oshiwambo, nomeadamente os Kwanhama, Evale, Ombandya e os Dombondola.

De uma forma geral, a vida económica destes grupos baseia-se fundamentalmente na criação de gado e numa agricultura de subsistência. O gado é considerado a sua maior riqueza, sendo poderia dentro de uma comunidade avaliado em função do número de cabeças que uma família detém. O Boi é, assim, o animal que simboliza riqueza material, cultural e espiritual, representando o símbolo do poder.

Na agricultura, praticada por mulheres da comunidade, são cultivados essencialmente o massango e massambala e o milho. Para além destas actividades, os povos do Sul de Angola praticam também a caça, actividade mista, a olaria manufacturada pelas mulheres e a cestaria igualmente praticada pelas mulheres.

Socialmente estão organizados em complexos de aldeias denominadas Eumbo entre os Nyaneka e Oshiwambo (Huíla e Cunene), Onganda, entre os Herero (Namibe) ou Limbo entre os Ngangela (Kuando Kubango). Cada uma dessas aldeias obedece a uma hierarquia de poder cuja figura de destaque é o patriarca, rodeado pelas suas mulheres, sobrinhos, filhos e parentes das suas mulheres.

No que toca às suas crenças e religião, são povos que acreditam num único Deus, onipotente e criador de tudo quanto existe que é denominado por Huku ou Suku pelos Nyaneka, Huku pelos Herero e Kalunga pelos



A directora do Museu, Soraia Ferreira, ao centro, ladeada por duas técnicas



Ngangela e Oshiwambo. A sua maior instituição religiosa é o Ocoto para os Nyaneka, Coto para os Ngangela, Olupale para os Oshiwambo e Helau para os Herero que é um altar familiar onde se podem realizar, quer reuniões, quer rituais sagrados. Para além de acreditarem no Deus único, respeitam as figuras mágicas, nomeadamente Ocimbanda (curandeiro), Onganga (feitiçeiro) e Ocitapesa (adivinho) que podem estar incorporados num único indivíduo.

É esta a grande riqueza e diversidade cultural que a exposição do Museu Regional da Huíla transmite aos seus visitantes, valorizando o que de mais tradicional existe na região sul do país.

Nas salas da exposição permanente encontram-se colecções de objectos e artefactos de pastorícia, caça, agricultura e pesca, música, crenças e espiritualidade, objectos de adorno e peças de vestuário, olaria, cabaças e a maquete de um Eumbo Oshiwambo.

Pastorícia e caça

A sala da pastorícia e da caça reflecte não só a importância destas duas actividades no seio das comunidades, mas também o simbolismo que possuem os utensílios utilizados, quer numa, quer noutra. Sendo o gado principal fonte de riqueza dos povos do Sul de Angola, nesta sala assume especial destaque a Cabaça Batedeira e o Chapéu em fibras vegetais ornamentado com búzios. A cabaça é utilizada na transformação do leite fresco em Omahini, uma espécie de iogurte, mais conhecido localmente por "leite azedo". O chapéu é o símbolo do poder real, utilizado pelo Ohamba.

Música e instrumentos musicais

Uma variedade de instrumentos atesta o papel que a arte de cantar e tocar assume, desde os primórdios da Humanidade, na vida do homem. Os instrumentos expostos são, de certa forma, comuns a todos os grupos etno-linguísticos de Angola, com a excepção da Marimba, originária da província de Malanje e do Cinguvo usado no Leste do país.

Kissanges, batuques, a mbulum-

bumba, a dikanza, o chocalho e violas são alguns dos instrumentos ali expostos.

Poder, crenças e espiritualidade

O poder e o mundo das crenças estão representados no Museu Regional da Huíla sobretudo pelos objectos do poder, por máscaras, cinganji e por diversos amuletos mágicos.

Na filosofia destas comunidades estes objectos ajudam a interpretar os dois mundos, o dos vivos e o dos espíritos ancestrais que ajudam a manter a ordem e a harmonia no seio das comunidades. Das quatro províncias do Sul de Angola, apenas o grupo Ngangela associa as máscaras e os cinganji às suas crenças.

Bastões, machados reais, colares feitos com dentes e ossos de animais, amuletos de chifres de animais e patas de galinha são algumas outras peças que introduzem os visitantes no seu universos espiritual.

Adornos e vestuário

Esta sala é uma homenagem às mulheres, à sua beleza e ao papel que ocupam dentro das comunidades. Colares, cintos de casca de árvores, em pele ornamentados com búzios, pulseiras, imagens de penteados tradicionais, pentes, escovas de cabelo e até alguns exemplares de vestuário feitos em fibras vegetais compõem o acervo desta sala com perfume de mulher.

Eumbo

O Eumbo, uma das peças mais emblemáticas da exposição, é a maquete de uma residência típica das populações da província do Cunene e representa a residência de uma família alargada. É a residência de um chefe tradicional, dotado de grande poder e autoridade moral, jurídica, guardião da cultura e das tradições dos ancestrais.

A maquete compõe-se de várias casas de habitação distribuídas em cinco zonas, tendo no centro a casa do chefe da família, à volta se distribuem as quatro zonas de residência das quatro mulheres, esposas do chefe. Pode ver-se ainda o Olupale, local de



Artur de Paiva

reuniões, uma área para as actividades domésticas e ainda um Sambo, onde se guarda o gado.

Cestaria

Kimbalas, balaies e cestos são expostos nesta sala, mostrando a arte de trabalhar as fibras vegetais de forma a obter objectos e utensílios de uso quotidiano. A arte da cestaria é comum a todos os povos de uma forma geral, variando apenas a forma e a matéria-prima utilizada na sua manufactura.

Olaria e cabaças

A cerâmica exposta no Museu da Huíla retrata o quotidiano das comunidades e é uma produção exclusivamente feminina. Painéis, moringues, pratos e taças são alguns dos utensílios de barro.

No que diz respeito a cabaças, encontram-se no Museu cabaças de várias dimensões, simples e ornamentadas, servindo para o armazenamento e transporte de kisângwa (bebida feita a partir de farinha de milho), leite e bebidas fermentadas.



Cabaças



Máscara

Biografia de José Ferreira

José Ferreira nasceu a 27 de Agosto de 1918, natural de Moçâmedes, filho de Adão Ferreira e de Guilhermina Nangombe. Carpinteiro de profissão, integrou a equipa do Museu da Huíla em 1968. Quando Alberto Machado da Cruz, primeiro conservador do Museu, vai para Portugal, por motivos de doença em 1971, deixa José Ferreira no seu lugar, e este assume a responsabilidade de cuidar desta Instituição de 1971 a 2005, ano do seu falecimento.

Muito há a ser dito a respeito de um homem que dedicou a sua vida a esta Instituição mas é de ressaltar sobretudo a sua luta pela preservação do valioso espólio deste Museu. Querido por todos com quem trabalhou e conviveu foi, indubitavelmente, o principal responsável pela manutenção e preservação das colecções que o Museu alberga permitindo a transmissão desta herança secular à nossa e às gerações vindouras.



José Ferreira, à esquerda, em Junho 1954

Conferência de Berlim: Ecos na gestão de África



VICTOR
CHONGOLOLA*

Está a fazer 134 anos que a Europa organizou uma magna conferência que ficou conhecida na História como Conferência de Berlim, mas também conhecida como Conferência do Congo. A imprensa da altura publicitou as grandes linhas que moviam os grandes estados europeus a juntarem-se para analisarem e tomarem medidas tendo em vista uma intervenção conjunta em África. Dizia-se que o que movia as grandes potências era:

Libertar os africanos da vida selvagem, isto é, levar-lhes a fé e a civilização;

Ensinar-lhes a viver em paz;

Ensinar-lhes os avanços tecnológicos do mundo moderno de modo a viverem bem, com conforto, tal como os seus irmãos europeus.

Introdução

A Conferência de Berlim, um encontro unilateral que decidiu a sorte dos ausentes, menosprezou literalmente a capacidade mental dos africanos no que diz respeito ao poder de decisão destes sobre o próprio destino. A par das implicações demográficas do tráfico de escravos sobejamente conhecidas algumas das consequências políticas e económicas do encontro de Berlim, tais como as divisões territoriais que não tiveram em conta a realidade étnico-linguística dos povos africanos, o empobrecimento do continente a favor do desenvolvimento e enriquecimento do Ocidente.

O que não se conhece ou, pelo menos, pouco se fala é se o espírito dessa Conferência ainda encontra eco nas práticas das actuais lideranças do continente berço da humanidade.

Partindo do princípio das interinfluências culturais, que, no caso presente, se encontram agravadas pelo fenómeno da colonização, este trabalho tem como objectivo compreender as consequências da Conferência de Berlim na gestão dos países africanos nos dias de hoje.

Arrogância ou paternalismo?

Falar da Conferência de Berlim implica trazer ao de cima a postura arrogante e paternalista do Ocidente, fonte da alienação. Em conformidade

Este nosso jornal, no nº 137, publicou uma entrevista ao professor José Rivar Macedo a propósito do livro *O Pensamento Africano no Século XX*, da Editora Expressão Popular, SP, que, em epígrafe, renova uma verdade bem expressa pela tal Conferência de Berlim, mas que fazemos por não acreditar que é a seguinte: “todo o conhecimento produzido pelo Ocidente sobre África corresponde a formas de predação em diversos níveis”.

O presente trabalho pretende que reflectamos, mais uma vez, e sem nos cansarmos, sobre tão marcante acontecimento para a sobrevivência do nosso continente tal como o herdamos dos nossos antepassados.

Penso ser tão pertinente renovarmos anualmente a reflexão sobre o assunto, com tanto ou mais fundamento quanto o não nos podemos esquecer nem do holocausto, nem da sangria esclavagista de África.

É urgente que África se reencontre e construa seus modelos de governação tendo em conta a sua realidade e as suas bases culturais, porque, não nos esqueçamos de que “todo o conhecimento produzido pelo Ocidente sobre África corresponde a formas de predação em diversos níveis”.

com HAROCHE et. al (2015, s/p), «[a] arrogância é um termo [ou atitude] que cresceu [...] com aquilo que denominamos de narcisismo de sociedades individualistas [...]». Contrariamente ao individualismo, uma relação autêntica exige reciprocidade. Quando um dos intervenientes se coloca ou tende a assumir o centro da relação, facilmente se torna cego às potencialidades do outro, anula-o e fica aberto o caminho para as injustiças.

Por seu turno, BOBBIO et al. (1998) apresentam-nos um conceito de paternalismo que nos remete a um sistema político autoritário, considerando os governados como seres de menor idade, não sendo, por isso, capazes de decidir por si mesmos o seu destino. Pode-se então deduzir que a arrogância e o paternalismo caminham lado a lado.

O comportamento paternalista é fruto do sentimento de superioridade do Ocidente considerando as demais sociedades como infantis, querendo, por isso, impor a todos as suas políticas e a sua vontade. Aquela porção do planeta arroga-se o direito de proprietária do mundo, podendo dispor dele sempre e como quiser. Certamente, foi este o sentimento que animou a Conferência de Berlim, ou seremos forçados a reconhecer, na actuação dos europeus, um sentimento de nulidade do homem africano.

A Conferência que, segundo os seus mentores, teve como motiva-



A conquista da África e da Ásia, pelas chamadas potências imperialistas no pós-Segunda Revolução Industrial (1870),

ção um fim altruísta (NASCIMENTO, 2008; AJAYI, 2010) para África, não auscultou sequer um só filho deste continente de modo a certificar-se das dificuldades e das preocupações do mesmo, o que, à partida, lhe retira tal carácter filantrópico. As reais intenções e motivações da cimeira estavam consubstanciadas na procura de matéria-prima para alimentar a sua indústria e o continente africano estava catalogado como tal fonte. A propósito, acrescenta LAMY (s/d, p. 13) que «[q]uando da Conferência de Berlim [...] a corrida para a África já havia começado [...]. O encontro pretendia freá-la e regular os interesses para impedir o desentendimento entre as nações europeias».

Na verdade, se por um lado seria destituído de sentido ajudar alguém de quem não se conhecem as necessidades, por outro, a África pouco necessitaria de uma assistência de género, pois, a dado passo da história da humanidade, o nosso continente não ficava a dever nada aos demais. Aliás, a referência a África como berço da humanidade, deve sê-lo em quase todos os sentidos e não apenas naquele que nos informa do facto de o primeiro homem ter surgido neste espaço. Concordaremos, então, com NASCIMENTO (2008, p. 62) quando diz que «além de dar a luz à humanidade, África foi também

o palco da primeira revolução tecnológica da história: a passagem da caça e da colheita de frutos silvestres à agricultura». O mesmo autor apresenta a África como o fundamento da civilização ocidental, destacando a sua anterioridade nos campos de astronomia, da matemática, da engenharia, da arquitectura, da filosofia, da religião e da medicina. No que respeita a esta última, faz-se referência não apenas ao Egipto mas também a Uganda, cujos feitos foram testemunhados no último quarto do século XIX. É igualmente refutado o argumento de que a África não tenha desenvolvido a escrita, pois, um dos primeiros sistemas de escrita, os hieróglifos, é da criatividade egípcia.

Os factos ora apontados põem em evidência a qualidade de África como berço da civilização. Houve, porém, um empenho, por parte do Ocidente no sentido de destruir tal evidência, pois essas realizações foram protagonizadas pelo africano negro, o “inferior”, que afinal habitava toda a África. Assim, aqui também encontrou eco a estratégia do branqueamento da raça que não coibiu o europeu de eliminar a população negra da África do Norte (NASCIMENTO, 2008).

O povo africano protagonizou, ainda, feitos no campo do comércio e da navegação. Segundo NASCIMENTO (2008) antes mesmo do tráfico de es-

cravos levado a cabo pela Europa, os africanos já teriam estado não só na Europa antiga, mas também na Ásia e na América praticando o seu comércio, tendo ali assentado comunidades. Estas afirmações encontram respaldo nos resultados obtidos pela paleontologia, nas tradições orais dos maias e nos factos correntes em relação aos quais a península arábica e a Índia são apontadas como exemplos. O mesmo autor revela que pelos africanos os europeus obtiveram o conhecimento sobre a existência da América. Este quadro, tão

A vida ou o lucro?

Um dos factores que contribuíram bastante para a emigração europeia para os outros continentes foi a explosão populacional registada após a primeira revolução industrial, que, se melhorou a vida de alguns, mergulhou a maior parte da população num mar de dificuldades remetendo para a pobreza muitas das populações que já tinham adquirido alguma autonomia do ponto de vista económico. Criou-se a cultura do lucro e banalizou-se a vida. Como nos diz ROLKE (2016, p. 49) «[c]om uma massa de pessoas procurando emprego, fábricas simplesmente dispensavam empregados que estivessem doentes ou velhos e contratavam gente nova. Essa política resultava em enorme desemprego, desesperança e pobreza». Esta passagem é mais uma prova da concupiscência ocidental que endeuza a riqueza e vilipendia a vida humana.

Trata-se de uma posição diametralmente oposta à cultura africana, cujas comunidades, marcadas por uma vida solidária, indigitavam certos membros a trabalhar na lavra de quem se visse impossibilitado de o fazer, por doença ou por outro motivo, no interesse único de que ele e seus dependentes não viessem passar necessidade. Quer isso dizer que para o africano, a vida está no centro de tudo; a necessidade de um é a necessidade de todos e o bem da comunidade é um reflexo do bem de cada um. Por isso, toda a acção humana está virada para a protecção da vida.

O primitivismo frequentemente atribuído às sociedades africanas leva determinados autores a destacarem o nomadismo como uma das bases sobre as quais assenta, em sua opinião, a falta de construção de agrupamentos numerosos e fixos em África, omitindo dessa forma, factos objectivos que contrariam tais afirmações. Na verdade, o que nos parece ser o apanágio do africano é a autenticidade da relação. A cultura africana prima pelo estreitamento dos laços entre as pessoas, em vez da imponência dos bens e das cidades, todavia, como veremos a seguir, isso não impediu os africanos de realizarem obras impressionantes.

Autores como NASCIMEN-TO (2008) e DIOP (2014) apontam

animador e que muito ainda prometia veio a ser destruído pela megalomania ocidental, que se apropriou das melhores obras da arte africana e dos melhores filhos do continente que foram trabalhar para o desenvolvimento da Europa em detrimento da sua pátria. Assim sendo, cabe-nos perguntar: que propósitos humanitários animaram a Conferência de Berlim a favor de uma África, destruída paradoxalmente pela própria Europa? Como se pode explicar os conflitos entre os europeus “filantropos”?

como uma das características distintivas dessas sociedades a sua ligação à terra, o que, aliás, de maneira nenhuma as impediu de construir grandes cidades não só no Norte do continente conhecido hoje como África branca, mas também no Oeste onde se podem destacar as cidades de Tombuctu e de Gao no Mali, de Walata na Mauritânia. Vem à colação o esclarecimento de ILIFFE (2013, p. 119): «Cuandollegaron los primeros europeos quedaron impresionados por la riqueza y sofisticación de Benín, el mayor reino de la selva de África occidental». Aqui está mais uma prova evidente do dinamismo africano sem necessidade de uma alavanca europeia.

A ligação à terra e o princípio animista do homem africano fazem de si um ecologista por natureza primando pelo equilíbrio do meio que o envolve, ao contrário do homem ocidental, cuja sede pela acumulação de bens o tem conduzido à devastação da terra, à destruição do ambiente e finalmente à da própria vida. Como é consabido, para atingir tal fim, o homem ocidental não olha a meios, tendo preparado um aparato com o engajamento de missionários, os quais não se pouparam de cometer barbaridades contra os africanos, muitos dos quais chegaram a perder a própria vida, um verdadeiro contra-senso para quem se assume como defensor deste valor insubstituível.

Às sociedades africanas, pintadas pelo Ocidente como fechadas, DIOP (2014) atribui características como a xenofilia, o cosmopolitismo e o colectivismo social, o que, na visão do autor, confere ao africano um ar sereno ante as dificuldades com que se depare, pois, conta com a solidariedade do próximo. Na verdade, o africano é marcado pela participação na vida do outro, quer na alegria quer na tristeza. Daí, que se nos afigura refulgente qualifica-lo de fechado. Aliás enquanto se mantiveram simplesmente as trocas comerciais os africanos mostraram a sua natureza hospitaleira aos europeus.

Devemos, entretanto, questionar-nos sobre a manutenção ou não, nos dias que correm, deste carácter solícito do africano na dinâmica dos embates entre culturas.

Que legado para a África?

Durante séculos de colonização, aconteceu, em África, algo semelhante



Racismo, um legado do poder colonial

ao que ocorrera na Europa, nos primórdios da Revolução Industrial. Os africanos, antes ligados à terra de onde tiravam o seu sustento, viram-se expropriados da mesma não restando, para muitos, outro meio de sobrevivência senão o de trabalhar como diaristas ou assalariados, tornando-se desse modo, dependentes de um patrão. A administração colonial estava apostada em apagar a cultura dos povos encontrados, a começar pela própria língua. França e Portugal adoptaram a política de assimilação como condição para ganhar a cidadania.

A assimilação consistia em saber ler e escrever correctamente a língua do colonizador; exercer alguma profissão, uma arte ou um ofício ou ainda possuir bens suficientes como meio de sustento; ter bom comportamento avalizado pela autoridade administrativa da área de residência; professar a religião cristã; abandonar os usos e costumes africanos; assumir a monogamia, e cumprir o serviço militar. A política de assimilação representa, assim, mais uma manifestação da arrogância do europeu ante o encontrado.

As famílias africanas detentoras de algum poder financeiro puderam mandar os filhos para as metrópoles a fim de lá estudarem. Estes, em contacto com a realidade que lhes era reservada naquelas capitais, tomaram consciência da desigualdade com que eram tratados em relação aos cidadãos nativos e começaram com as reivindicações de liberdade para os países africanos. A maior parte dos estados africanos obtiveram as suas independências por meio de negociações. Outros como Angola, Moçambique e Argélia só as obtiveram através de uma luta armada.

Alcançadas as independências, os líderes africanos mantiveram as fronteiras herdadas da colonização, que desdenhou completamente a realidade étnico-linguística dos povos, o que pode ter dividido famílias, cujo conceito africano é muitíssimo diferente do ocidental. Assim, certos membros da mesma família passaram a pertencer a países diferentes com fronteiras comuns. Este aspecto representa já uma agressão à consciência de grupo dos diferentes povos que ficam condicionados às imposições de Estados para se movi-

mentarem de um território para o outro dentro do mesmo reino, noção que nada tem a ver com país, pois acarreta uma consciência de grupo, o qual se vê agora dividido, por forças estranhas à sua cultura.

Outro problema, o central, surge com o próprio processo de governação das nações ora independentes. As novas lideranças, constituídas, na maior parte dos casos, por jovens formados no Ocidente, assimilaram de tal forma a cultura europeia a ponto de terem importado modelos de governação ocidentais, procurando adaptá-los a um contexto diferente sob todos os pontos de vista. Mostraram-se desprovidas das âncoras culturais locais e foram pródigas em protagonizar atitudes que representavam um reflexo da administração que antes combateram.

Os sobras, autoridades africanas por excelência, e outros mais velhos, verdadeiras bibliotecas e conhecedores das reais necessidades e aspirações do povo, este povo cujos problemas se pretende resolver, não foram tidos nem achados. As elites actuaram e têm actuado como representantes de um povo que infelizmente não auscultaram, ignorando, por isso, as necessidades e as aspirações do mesmo. Em síntese, não conhecem o povo que dizem governar. Já GIDDENS (2008, p. 5) alertava: «[a]s medidas políticas que não se baseiam numa consciência informada dos modos de vida das pessoas que afectam têm poucas hipóteses de sucesso». Com efeito, é este um dos maiores problemas com que se debatem muitos países africanos.

É, pois, impossível resolver-se um problema sem que se deixe participar no processo de resolução aquele que é apoquentado pelo mesmo. De contrário, estar-se-ia a cair no paternalismo que, afinal, não deixa de ser uma manifestação de arrogância. É preciso lembrar que nas aldeias, onde ainda é possível verificar-se a matriz cultural africana, quando se identifica um problema, a procura da solução do mesmo envolve a participação de todos no jango, onde são dirimidos os conflitos, num verdadeiro exemplo de democracia participativa que, paradoxalmente, esperamos ainda que amanhã nos venha do Ocidente. Quantas vezes reproduzimos Berlim?

Reeditamos, infelizmente, o espírito de Berlim, sempre que num determinado espaço implantamos um estabelecimento que venha afectar a vida dos moradores os quais não são contactados antes a fim de se encontrar uma plataforma de entendimento; sempre que, em nome do Estado se desalojam comunidades sem condições prévias de realojá-las; sempre que, ocupando uma posição privilegiada no aparelho do Estado nos apossamos do que é público para benefício próprio, muitas vezes com consequências graves para a sociedade, incluindo perda de vidas humanas.

Actuações de género não podem deixar de ser consideradas como herança pesada do Ocidente, que, tendo repartido na Conferência de Berlim, entre seus membros, um continente habitado por outros povos, ignorou taxativamente as consequências do seu acto para a humanidade em geral e para os africanos em particular, primando pelo lucro e pela ostentação a todo o custo.

Consciência cultural africana

O encontro entre culturas produz sempre os seus efeitos, podendo ser positivos e/ou negativos. A colonização europeia foi violenta para a cultura africana, procurando não só sujeitar esta última à ocidental, mas também e sobretudo anulá-la. Para



Conferência de Berlim - Partilha de África

tal, os europeus montaram todo o arsenal, em que predominou o uso da violência, muitas vezes praticada pelas autoridades eclesiásticas.

Embora tivesse havido resistência organizada por parte dos africanos, houve também manifestações de alguma docilidade às propostas ocidentais, por parte das elites locais, visando tirar partido da situação imposta pela nova ordem. Essa atitude, em si só, não pode ser reputada de má. A perversidade surge com o abandono do substrato cultural, optando pela cultura do colonizador, vista como a melhor.

Esta parece ter sido a armadilha

em que caíram as elites africanas, contribuindo, deste modo para a materialização dos intentos do Ocidente em detrimento da própria terra. A propósito do exposto, diz ILIFFE (2013, p. 235) «[d]evidoen parte a labor misionerafuesurgiendoenlas colonias de la costa una elite de africanos educada al modo occidental». Os missionários tiveram um papel determinante na instalação do regime colonial e no processo da aculturação do africano. Ora, considerando a cultura o fundamento da identidade de um povo e, por isso, um elemento essencial para a coesão, a atitude anteriormente apontada das lideranças africanas parece pôr em causa a sua consciência cultural. Na verdade, seria mais autêntico proceder a um esforço de adaptação das bases culturais à nova realidade, ao invés de adoptar a cultura do outro.

Infelizmente, muitos anos depois da conquista da independência, a maior parte dos países africanos são governados por meio de modelos ocidentais, sem qualquer tentativa de contextualização, o que, à partida condena as respectivas políticas ao fracasso. Não se dão conta as elites africanas de que, agindo dessa forma, contribuímos nós próprios para a perpetuação dos ditames do Ocidente e da nossa desgraça?

Só poderemos engendrar modelos verdadeiramente africanos de governação quando criarmos políticas públicas contextualizadas e o nosso substrato cultural nos servir efectivamente como mola impulsadora nesta tarefa. A abertura das lideranças à participação do povo em questões de governação bem como o es-

forço pela materialização de consensos alcançados constituem uma garantia para a sustentabilidade de um estado; promovem a assunção de uma atitude de compromisso e de envolvimento na materialização das políticas públicas traçadas; estimulam a consciência do valor e da cultura de um povo e contribuem para a conquista e para a manutenção de uma atmosfera de confiança e de paz.

Conclusão

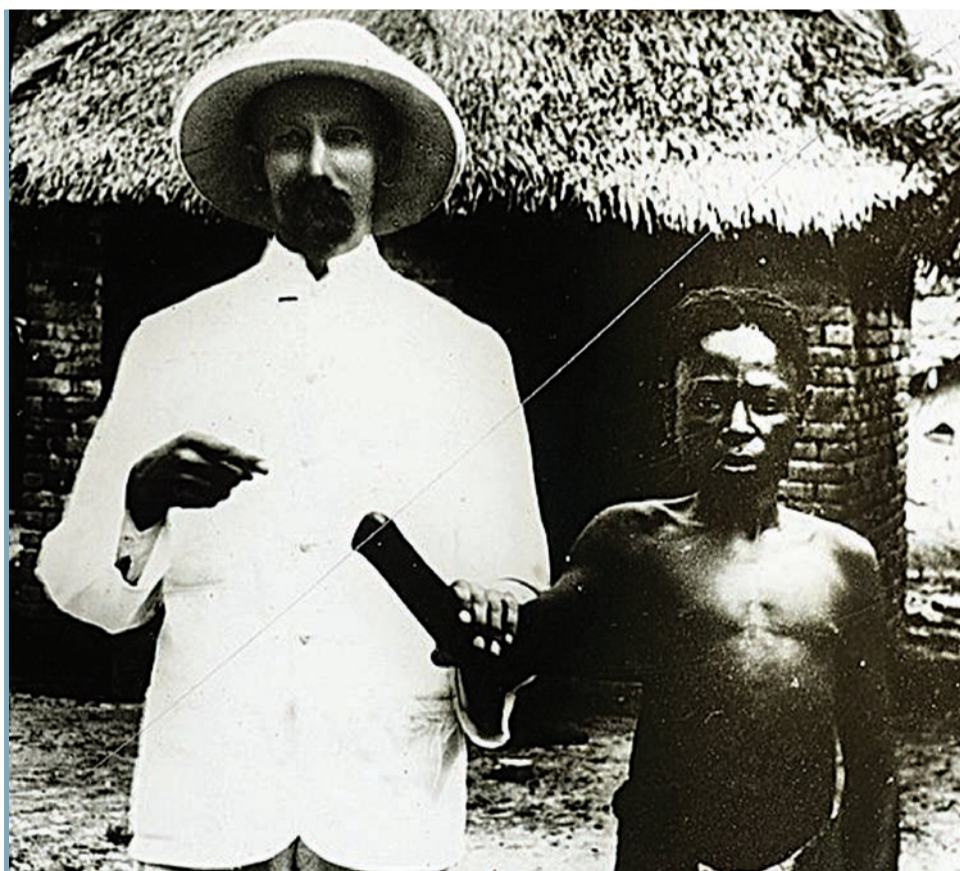
A Conferência de Berlim representa um acto de arrogância e paternalismo que ainda encontra eco na acção de muitos africanos investidos em cargos de liderança, colocando riqueza acima da vida, decidindo sem consultar as partes afectadas.

Ao contrário, na cultura africana, os bens estão em função da vida e não se deixa nenhum membro da sociedade sem o mínimo daqueles que lhe garantam a sobrevivência. Daí que, nas comunidades rurais, cada família tem a sua parcela de terra. Quanto às decisões, são tomadas colectivamente intervindo todas as partes interessadas.

O sistema capitalista, cuja oficialização no nosso continente é lançada pelo encontro de Berlim, abalou os valores africanos que as independências políticas, infelizmente, não tiveram a capacidade de resgatar, pois valorizaram mais os métodos ocidentais do que olharam para o positivo das culturas locais.

Se, na verdade, estamos interessados em resolver os problemas que apoquentam o nosso povo, é urgente que voltemos, como já dizia Agostinho Neto, às nossas tradições a fim de resgatar o que de positivo há nelas que pode contribuir para a afirmação de uma matriz africana no concerto das nações. Se queremos imprimir uma marca de autenticidade nos nossos governos, não nos devemos limitar a mimeses, mas temos de criar os nossos paradigmas sobre as bases que já temos e que não devemos nunca descartar.

Aproveitemos os elementos positivos que as outras culturas nos oferecem e não nos viremos contra as nossas bases africanas que são essencialmente 'biocêntricas' e pelo diálogo. Desta forma, estaremos a dar passos na construção de um paradigma africano de governação que proteja realmente os interesses dos nossos povos.



Vítima de atrocidade colonial no Congo em 1890

Referências bibliográficas

- OAJAYI, J. F. Ade. História Geral de África do Século XIX a Década 1880. Brasília: UNESCO, 2010. ISBN: 978 85 7652 120 0.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Giafranco et al. Dicionário de Política. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. 85 230 0307 8.
- DIOP, Cheikh Anta. A Unidade Cultural da África Negra. Esferas do Patriarcado e do Matriarcado na Antiguidade Clássica. Luanda/ Serra de Amoreira: Mulemba/ Pedago, 2014. 978 989 8655 47 9.
- GIDDENS, Anthony. Sociologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. ISBN: 978 972 31 1075 3.
- HAROCHE, Claudine, LOPES, Miryan Balvia, DÉLOYE, Yves (organizadores). Ensaio sobre a Arrogância. Belo Horizonte: NEHCIT/EA UFMG., 2015. ISBN: 978 85 67547 015.
- ILIFFE, John. África: História de um Continente. Madrid: Akal, 2013. ISBN: 978 84 460 3775 0.
- LAMY, Philippe. A Ocupação Colonial da África. Da Conferência de Berlim a Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores, S/d.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). A Matriz Africana no Mundo. São Paulo: Selo Negro, 2008. ISBN: 978 85 87478 32 0.
- ROLKE, Helmar. Raízes da Imigração Alemã: história e cultura alemã no Estado do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016. ISBN: 978 85 98928 21 0.

Passeando pelo Asa Branca



ANTÓNIO
QUINO

Sempre engordei um imenso prazer de passear por mercados organizados. Os de confusão não. Provocam-me arrepios. Nos tempos já idos, a partir da minha Rangú, andava por todos eles a pé, na alegria que a idade permitia. Só nos organizados, como disse.

Recordei-me do tempo em que as novelas baptizavam os mercados: Beato Salú, no Beô; Roque Santeiro, no Sambilá; Sinhá moça, na Sapú; Trapalhões, Ilha do Cabo, e outros que desconsigo lembrar.

Agora, os tempos são outros e desta vez, visitei o Asa Branca, no Zengá.

Cheguei no Asa Branca. Gostei do que vi; da organização, segurança, sorrisos e alegrias dos vendedores e compradores. Muita gente a vender. Muita gente a comprar. Do fato do pedreiro ao do advogado. Do matabicho do analfabeto, ao pequeno-almoço do senhor doutorado.

O parque de estacionamento, pavimentado à maneira, devidamente controlado por um jovem simpático, tinha estilo e ordenado. Os táxis, também eles a respeitar a ordem de chegada, sem bater na concorrência e na rapidez os moto-táxi, que ganhavam na agilidade do vai e vem regular.

Um outro agrado foi com o poder de criatividade das zungueiras e ambulantes no interior do mercado. O chamariz do seu negócio misturava cânticos ritmados com cenas da actualidade política. Vi um rapaz a vender um par de sapatinhas azuladas com alguns tons vermelhos: “kota, compra esses pisos. São próprios para fugir os papoites da operação resgate”, dizia o jovem num sotaque à caluanda.

Nos empurrões entre a multidão de gente preparada para esses embates, uns transeuntes com pressa e outros a congestionar a via, cruzei-me mais adiante com uma zungueira, que devia andar na casa dos 30 e muitos anos. Ágil como um camundongo, peruca cor de fogo, ela vendia soutiens. E fiquei pasmado quando ouvi o seu chamariz: “compra soutien João Lourenço; compra soutien João Lourenço”.

- Soutien João Lourenço porquê? -



Quis eu saber, pegando nela a procura da etiqueta, que nada dizia sobre João Lourenço. E a resposta veio pronta: “porque aperta com eles” (os seios, deveria querer ela dizer). Sorri. Alguns que prestaram atenção também sorriram com satisfação.

Vi umas calças gangas bonitas, de um azul suave. E o vendedor avisou-me: “evita picada de marimbondo”.

Havia também o lápis da tia Bolinha: “se já tens marido e queres um amigo, usas o lápis e ficas com os dois, sem problema. Esse lápis não te ensina a deixar marido alheio em paz”. A senhora que cantava essa canção, bem desafinada da vida dela, parecia uma palestrante famosa na praça, pois ficava rodeada de muita gente. Não tive a oportunidade de ver os tais lápis milagreiros. Mas o negócio dela andava mesmo.

Mas não resisti quando ouvi de um jovem que vendia uns suspensórios: “Compra suspensório PGR”. Admirado e curioso, ainda encostei mais para perceber o porquê. E resposta não demorou:

“Não é como aquele Sic (mostrou uns cintos de cabedal), que só prende cambomborinho. Esse suspensório é próprio para prender qualquer calça, até do Zé-cutivo”.

Admirado com a criatividade daquela malta, talvez sem a escolaridade obrigatória, pus-me a pensar mais uma vez nesse país dos diplomas.

País dos diplomas, porque o salário e a ascensão profissional é feita graças aos diplomas. Não ter um diploma significa não ter a chave para um bom emprego.

Nesse país vale pouco a competência, a experiência, a vontade, a vocação, o espírito de iniciativa ou de criatividade, as boas práticas. É mesmo o diploma de licenciatura, bacharelato, mestrado, doutorado que manda. Há até aqueles que têm diploma, mas nunca tiveram colega, professor ou orientador. Há aqueles que obtiveram um certificado e não conseguem obter uma segunda via do documento, porque a pessoa que passou tal documento mu-



dou de quintal ou beco. Enfim, muitos forçam a barra porque fazer um curso superior é sinónimo de progressão socioprofissional.

Nada mais falso. Por exemplo, numa altura em que havia tão poucos quadros com o ensino superior, o jornalismo em Angola teve anos doirados. Ora, um país em reconstrução, com operações transparentes, resgate e outras a decorrer, e o operário não é suficientemente valorizado se não fizer um curso superior?

Aqueles especialistas em marketing com quem cruzei no mercado do Asa Branca me puseram a pensar nisso tudo num rompante. Certamente, não fizeram um outro curso se não o da própria vida, o da concorrência, o da necessidade de despachar os seus produtos para adquirir outro e o negócio multiplicar-se. Não frequentaram outra universidade se não a do dia-a-dia no mercado, enfrentando vicissitudes para não pernoitar com a mercadoria, que pode indiciar perdas. Encontram financiamentos sem ajuda da banca oficial, negociam juros, novos investimentos e lucros.

Essa minha Angola precisa valorizar mais os cidadãos empreendedores, para também construirmos a ideia de que o sucesso na vida não passa necessariamente por obter um diploma de ensino superior.

Estava eu já a sair do mercado quando ouvi o sermão de um jovem muito magro, todo ele de preto:

- Escute a palavra do senhor. Se o marido te deixou, está aqui o versículo certo. Não se mata só mina irmã. É só quinhentos. O senhor tem a palavra para ti. Se vão te trocar pelo irrial, não se mata só, meu irmão. O senhor tem uma palavra para teu consolo. Se andas a lutar pra ser chefe, a oração certa está aqui. Se queres voltar a ser feliz, tenho a palavra do senhor que te mostra o caminho...

E continuava o jovem enfatado, com um lacinho borboleta azul fluorescente. Os sapatos estão já bastante empoeirados. Fiquei a contemplá-lo e ele percebeu. Lançou-me um sorriso meio seco, com algum desalento. Percebi logo que o negócio não estava a andar bem.

Saquei uns Kz. 500,00 e entreguei. Recebeu sem pestanejar e, depois de vasculhar na caixa que trazia, sacou e entregou-me um envelope branco. - “Irmão, és o primeiro cliente. Me dá sorte, ia?”.

Não esperou resposta e foi, continuando o seu sermão. Olhei então para o envelope e estava escrito no lado destino ao destinatário: Efésios 1:7; 1 Pedro 1: 18, 19.

Bom leigo como sou, não entendi como traduzir aquilo e prometi que, assim que chegasse a casa, iria ouvir o que dizia a palavra, proferida por algum pastor que gravou a sua voz numa pen-drive, levando alguma oração direcionada ao problema de cada ovelha. Achei o máximo aquela ideia.